

Devagar com o andor que o santo é de barro...

Robério Costa*
Roberta Costa**
Ana Luiza Furtado***

O tema das reformas estruturais surgiu no governo FHC como o complemento sem o qual o Plano Real naufragaria como os diversos outros planos que fracassaram na tarefa de derrubar a inflação. Passados quase vinte anos, algumas das reformas, como a da previdência privada, da lei de responsabilidade fiscal, da reestruturação das dívidas dos estados, das privatizações e do saneamento do sistema bancário contribuíram para a arrumação da casa, desordenada por anos e anos de inflação alta. Outras reformas, supostamente ainda mais importantes, perderam-se no meio do caminho, submersas juntas com o que se chamava de agenda positiva.

A primeira dentre as moribundas, considerada a mãe de todas as outras, era a reforma política, com a qual seriam extirpadas as excrescências individuais e partidárias. A segunda era a reforma administrativa, aprovada no Congresso, mas não totalmente regulamentada, que teria o poder de fazer a faxina no funcionalismo público. A terceira era a reforma trabalhista, para flexibilizar e atualizar a legislação getulhista. Por fim, a reforma previdenciária do setor público desoneraria os cofres públicos, substituindo o atual sistema de benefício definido pelo de contribuição definida.

Sem negar a importância dessas reformas, o fato de não terem sido concluídas é a prova cabal de que não eram tão urgentes quanto seus eternos defensores sugeriam. O Plano Real manteve a inflação sob controle, sua função precípua, a despeito do Congresso Nacional ter frustrado os clamores pela aprovação de diversas reformas estruturais consideradas inadiáveis. Mas, a bem da verdade, se o acesso ao crédito internacional não tivesse sido reaberto na segunda metade dos anos 90, nem toda a disciplina no cumprimento da agenda do governo teria sido capaz de conter a volta da inflação.

O Brasil não é particular com relação aos avanços institucionais. Não é necessariamente pior do que os outros, por conta de pendências judiciais. Cada país com suas mazelas. Diversos países Europeus convivem com a monarquia, cuja base de transmissão de poder é o DNA. Sempre haverá quem argumente que o sistema traz estabilidade institucional. Interessante é que quando o rei é africano, em geral, é sinônimo de barbárie. O Congresso americano tem a atividade de *lobby* regulamentada, com escritórios e profissionais de renome. No Brasil, a atividade de *lobby* é sempre associada à corrupção. Parece pouco convincente que isso ocorra só porque nos EUA os escritórios de *lobby* emitem nota fiscal.

O ajuste fiscal é a bola da vez do novo governo. Aqui também a discussão é adequada, mas deveria ser mais arejada. Os que têm mais tempo acompanhando as soníferas contas do governo lembram que os sonhos doces eram uma relação dívida líquida do setor público sobre o PIB chegasse a 40%. Sem isso, o governo dentro em breve não teria como honrar os seus compromissos. Na década de 1990, os estrangeiros, que vinham em revoada ao

Brasil em busca de juros tentadores, eram os mais temerosos de que a aventura terminasse em um amargo regresso. Mas o risco valeu a pena por muito tempo. E, ao fim e ao cabo, o Brasil honrou regiamente a gentileza da visita.

Os títulos do Tesouro indexados ao dólar, moldados pelo Banco Central para convencer os investidores estrangeiros de que receberiam o prêmio prometido em valores correspondentes à moeda americana, acabou por tornar-se o grande foco de preocupação com a trajetória do endividamento brasileiro. Na esteira da desvalorização cambial de 2002, a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB decolou exponencialmente de 30% para 60%, gestando extrapolações cientificamente fundamentadas em modelos econométricos de que a barreira dos 100% seria batida, tornando a dívida impagável. Os modelos, mesmo os mais cientificamente construídos, às vezes erram. E erraram, pois a dívida hoje acalenta os nossos sonhos dos 40%.

Os brasileiros, talvez por força do hábito, são hoje os críticos mais ácidos da trajetória de suas próprias contas públicas. É provável que tal evento seja mais bem explicado pelo acanhamento dos estrangeiros, acusadores contumazes da irresponsabilidade alheia, do que pelo acirramento do sentimento de autoflagelação nacional. Parece coerente que políticas fiscais mais rígidas possibilitem políticas monetárias mais frouxas. Mas há diversas formas de tais políticas serem combinadas. Do lado fiscal, um ajuste fica entre um aumento de imposto (e sobre quem) e um corte de despesa (de que natureza). Do lado monetário, os juros podem ceder via redução dos compulsórios, alteração de tributos ou corte das taxas básica e de redesconto, dentre outros expedientes.

O fato é que são escolhas sociais e não meramente decisões burocráticas. Os exemplos dos outros países nesse caso, também, nos servem de parâmetro. Democracias maduras, com instituições fortes, patinam desde 2008 em busca de um consenso sobre a forma de enfrentar a crise. Depois de concessões ao keynesianismo, os ortodoxos norte-americanos e europeus viram o Brasil como um exemplo a ser seguido. Do estrangeiro, ficou a imagem de que o país passou quase ileso pela recente crise internacional graças à insistência durante anos em uma política econômica austera. Parece que isso mexeu com a vaidade e exacerbou o espírito masoquista nacional, redobrando os apelos por metas cada vez mais rígidas.

As taxas de juros domésticos estão em um dos menores níveis da história recente do país, apesar do nível ainda muito elevado. Além disso, as taxas são cadentes em termos reais há vários anos. Com isso, o custo da parte financeira do serviço da dívida está declinando em relação ao PIB, reduzindo por si só a necessidade de o governo se financiar fora da arrecadação pública. Papagaiar que o Brasil não vai longe sem um ajuste fiscal é um mantra que, como qualquer devoção, nem sempre se aplica. Como o juro é de barro, é bom ir aproveitando agora, enquanto ele está alto e o andor nunca esteve tão bem amarrado.

* Economista-chefe
** Economista
*** Estagiária